



» Entrevista | AILTON KRENAK | ESCRITOR



Aponte a câmera para o QR Code e assista à entrevista completa

Primeiro indígena a ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras reconhece avanços no país, mas ressalta que a violência ainda está presente nos territórios. Na avaliação do autor imortal, o Estado tem uma postura contraditória

“Cresci como refugiado no meu próprio país”

» ALINE GOUVEIA

Carlos Vieira/CB/D.A. Press



O escritor Ailton Krenak, primeiro indígena da Academia Brasileira de Letras (ABL), afirma que a relação do Estado brasileiro com os povos originários é de “morde e assopra”, pois há ambiguidade entre a valorização da diversidade e a garantia de direitos, sobretudo a demarcação de terras indígenas. Ele reconhece que houve avanços importantes nos últimos anos, como o aumento do número de indígenas no ensino superior e em espaços de decisão, mas Ailton ressalta que a violência ainda está presente nos territórios.

“Podia chamar isso de inclusão, mas ela é uma inclusão excludente, pois concede determinados direitos civis, acesso a alguns direitos de política pública, mas o essencial para os povos indígenas são os seus territórios”, afirma o escritor, em entrevista ao **Correio** na véspera do Dia dos Povos Indígenas.

O escritor indígena lembrou, ainda, das violações sofridas pelo povo krenak durante a ditadura militar e disse que vê com preocupação a tentativa de expropriar os territórios tradicionais, pois, segundo ele, esse é o primeiro passo para jogar os povos originários em uma condição de refugiados. “Às vezes eu digo que eu cresci como um refugiado dentro do meu próprio país”, cita.

O imortal da Academia Brasileira de Letras citou que, por muitos anos, o dia 19 de abril era celebrado como “Dia do Índio” e isso serviu de escárnio e representação genérica e preconceituosa dos povos originários. A renomeação da data para Dia dos Povos Indígenas é resultado da aprovação do Projeto de Lei nº 5.466/2019, de autoria da presidente da Funai, Joenia Wapichana, enquanto exercia o mandato de deputada federal.

A mudança, aprovada pelo Congresso em 2022, teve o objetivo de representar de maneira mais apropriada a diversidade cultural e étnica dos povos originários. “Impressionante que esse equívoco permaneceu na história até outro dia”, diz Krenak. Confira os principais trechos da entrevista:

O senhor sempre tem falado que não podemos nos render à narrativa do fim do mundo, porque sonhar é um modo de lutar. O que os povos indígenas têm a nos ensinar sobre isso?

Essa menção à importância do sonho é importante porque nos remete aos povos tradicionais, os povos originários, e também aos povos da diáspora. A gente sabe que a matriz cultural africana valoriza muito o sonho e isso está relacionado com a ancestralidade, com a identidade desses povos, que se remete a uma cosmovisão em que a vida não é encaixada nessa realidade do cotidiano. Entendam que o cotidiano é uma das representações da realidade. Mas a luta, a resistência, a persistência desses povos em ficarem vivos no mundo onde eles são mal recebidos, são criadas por forças que vêm de outros outros mundos, que vêm do sonho. No meu caso, na minha experiência cultural e na minha compreensão da vida, nós podemos escapar desse bullying constante da violência colonial exatamente por meio do sonho.

O sonho do indígena é diferente do sonho do homem branco?

Como diz o Davi Kopenawa Yanomami, os brancos sonham consigo mesmos. Eles não conseguem sonhar com outras coisas. E o Davi Yanomami também diz que esse mundo da mercadoria é obsessivo e vive pensando em coisas. Ele não pensa nos outros seres humanos e tem dificuldade de pensar também em outros seres não humanos, como a floresta, os rios, as paisagens que nós amamos e que nós queremos preservar para a gente viver num mundo saudável, onde tem ar bom para respirar, tem o contato cotidiano com a terra. Esse convívio com a terra, com o pé no chão, é o que possibilita uma aprendizagem que nós temos necessidade, que é pisar suavemente na terra.

O senhor é o primeiro indígena na Academia Brasileira de Letras (ABL). O que isso representa?

A presença dos povos indígenas com a minha admissão na academia significa uma mudança muito grande, porque ela introduz uma sinfonia de línguas, de povos originários, no lugar onde a língua portuguesa reinava. Isso cria uma acomodação das pedras, digamos assim. Eu não vou à academia fazer um elogio da língua portuguesa, porque nós sabemos que ela é a língua da colonização. Reforçar a presença dos povos indígenas nesses espaços eleva a condição desses povos, dessas etnias.

Isso torna a ABL mais representativa?

Há um certo equilíbrio no convívio com as outras culturas e com os outros povos, que também formam a sociedade brasileira. Eu acho muito importante que as línguas indígenas tenham o espaço que merecem. E esse espaço começa pela difusão dessas línguas nativas que, no Brasil, estão expressando o universo de 305 etnias. São estimados mais de 270 diferentes línguas ou derivados de grandes

Vamos promover a conferência em Belém, ao mesmo tempo em que estão atuando na entrada de uma atividade inadmissível, que é a extração de petróleo na Margem Equatorial. Tirar petróleo na Amazônia é veneno”

troncos linguísticos como o tupi e o macro-jê.

No discurso de posse, o senhor mencionou a ideia de criar uma espécie de biblioteca. Como vai funcionar?

O meu discurso foi sem texto, ele foi feito à maneira das minhas comunicações pela oralidade e eu anunciei que eu ia criar uma plataforma de línguas indígenas. É essa plataforma avançou nesse período, desde que eu tomei posse até agora. Avançou na definição da tecnologia que a gente vai ter que acessar. Uma plataforma digital em que as pessoas podem postar na sua própria língua nativa as narrativas e os textos. E nós vamos ter a função de organizar essas informações.

A plataforma já tem nome?

Sim. Chama-se Língua mãe. Não vai ser uma uma biblioteca no sentido amplo, porque não vai dispor de todas as informações sobre as línguas indígenas. Ela vai criar um registro dessa diversidade linguística e disponibilizar acesso para que as pessoas possam ouvir a dicção, a fonética dessas línguas, entrar em contato com essa diversidade e, se quiserem, a gente as encaminha para aprofundar o conhecimento sobre uma ou outra língua, ou sobre todas as línguas que queiram saber.

É o resgate de línguas penalizadas pela colonização.

Apesar de sermos um país de vasta diversidade linguística, também somos um país que reprimiu duramente essa expressão das línguas, a ponto de só agora ser admitido que se incluía no registro civil das pessoas

indígenas a etnia a que elas pertencem. Só agora eu posso acrescentar no meu registro de nascimento a etnia Krenak. Eu usei um outro dispositivo. Relacionei o meu nome com o meu povo desde sempre. Quando fiz a minha participação no debate na Constituinte em 1987, que resultou na nossa Constituição de 1988, ali foi anunciado que aquele jovem tinha um nome e ele tinha um povo. O nome é Ailton e o povo é Krenak. Isso já foi uma certa ação de rebeldia.

Nos últimos anos, os povos indígenas conquistaram avanços significativos. Mas as demarcações de terras indígenas caminham a passos lentos. E o governo federal tem demonstrado a intenção de avançar com a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas. Como vê isso?

É um morde e assopra. Essa expressão pode representar bem a ambiguidade de um Estado que reconhece a diversidade linguística, estimula aspectos da cultura, promove o acesso dos jovens indígenas das universidades — estima-se hoje em torno de 50 mil indígenas no ensino superior no Brasil, o que é uma verdadeira revolução. Há uma revolução nos costumes também, porque esses jovens estão saindo das suas aldeias para ir para a Unicamp, para a Universidade de São Carlos, para a UFMG. A UnB tem um grande número de estudantes indígenas, alguns deles, já no mestrado ou no doutorado. Então é muito novo, é muito nova essa inserção das pessoas indígenas amplamente, não uma pessoa ou outra, mas coletivos indígenas em lugares

de representação da sociedade que nós não acessávamos antes.

Mas...

Ao mesmo tempo, esses povos estão sendo expulsos dos seus territórios de origem. A gente podia chamar isso de inclusão, mas ela é uma inclusão excludente, pois concede determinados direitos civis, acesso a alguns direitos de política pública. Mas o essencial para os povos indígenas são os seus territórios. Os nossos parentes munduruku, os guarani-kaiowá, os kaiapó, os yanomamis estão toda hora mostrando as agressões e os ataques que os seus territórios estão sofrendo pelo garimpo, pela invasão do agronegócio e infraestruturas como essa que a Alessandra Korap, do povo munduruku, denuncia dizendo ao ministro Gilmar Mendes que não pode negociar os direitos territoriais dos povos indígenas. Os povos indígenas não vão aceitar facilmente essa orientação que o Estado brasileiro tenta impor à vida dos povos indígenas, que são direitos civis em troca dos territórios.

Como avalia esse cenário no ano da COP30?

A queda de braço que está tendo em torno dessa questão da COP30 é exatamente por isso. Vamos promover a conferência em Belém, ao mesmo tempo em que estão atuando na entrada de uma atividade inadmissível na região do Tapajós, que é a extração de petróleo na Margem Equatorial. Isso é um eufemismo, não tem nada de Margem Equatorial. Tirar petróleo na Amazônia é veneno. Não pode.

Uma das pautas do Acampamento Terra Livre foi justamente reivindicar o protagonismo dos povos indígenas na COP30. Como o senhor avalia esse movimento?

Eu acredito que o governo brasileiro deveria ter se antecipado quando anunciou o programa da COP30 e anunciado que os povos originários de toda a bacia amazônica — estamos falando de nove países — estaríamos com a segunda

presidência da COP30. Se o governo e a diplomacia brasileira tivessem trabalhado nesse sentido, a gente estaria empoderando a voz dos povos originários e diminuindo os conflitos que estão previstos para acontecer na COP30, porque, se os povos indígenas ficarem fora, se eles ficarem à margem, nós vamos ter muita discórdia e não vai sair um documento consensual da COP30.

Recentemente, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região condenou o Estado brasileiro pelas violações cometidas contra o povo Krenak durante a ditadura militar. Qual a importância da decisão?

Essa decisão retorna a uma decisão que já foi tomada e já foi anunciada cerca de quatro ou cinco anos atrás e que não teve nenhuma consequência, porque tentaram embargar a execução dessa ação favorável ao povo Krenak. Além dos Krenak, outras pessoas de outras etnias, como os nossos irmãos maxakali, que são nossos vizinhos do Vale do Mucuri, eles também sofreram a violência da ditadura militar nas suas vidas, destroçando as suas organizações tradicionais.

E como foi crescer nesse período de ditadura militar?

Se você perguntar a qualquer pessoa que tem mais de 60 anos e que sobreviveu, você vai ouvir relatos de trauma. De ver seus parentes sendo espancados, expulsos, presos, ameaçados e perseguidos. E isso deixa uma marca muito grande, uma marca indelével no espírito das pessoas. É impossível alguém passar por uma experiência tão ruim e continuar vivendo bem. A ideia do bem-viver com tanto trauma é quase algo impossível. Mas a gente tem que se esforçar para superar esses tempos de sofrimento e de violência. É interessante a gente ver que outros povos em outras regiões do planeta também passam por privação, alguns têm seus territórios destruídos, totalmente devastados. Hoje, o Brasil já recebe refugiados de vários lugares do mundo. Esses refugiados que chegam aqui é porque estão sofrendo nos seus territórios de origem. Por isso que me preocupa essa tentativa do Estado brasileiro de expropriar os territórios indígenas. Esse é o primeiro passo para nós em uma condição de refugiados. Às vezes eu digo que eu cresci como um refugiado dentro do meu próprio país.

Qual é o significado do Dia dos Povos Indígenas e qual mensagem o senhor gostaria de deixar para a sociedade nessa data?

Agente conseguiu também melhorar bastante a compreensão do que significa o 19 de abril. Antes ele era sumariamente celebrado como o “dia do índio”. É como o dia da árvore, o dia da bandeira, dia de coisas. Durante muito tempo isso serviu como escárnio. Era uma generalidade, era um índio genérico comemorado no dia 19 de abril. Impressionante que esse equívoco permaneceu na história até outro dia e agora conseguimos transmutar o sentido desse dia, porque ele é o dia da luta e resistência dos povos originários. E a diversidade étnica se afirma a partir desses eventos que historicamente representavam quase que uma vergonha, ao invés de celebrar, ele era um dia de envergonhamento.